O LUGAR DO PEDAGÓGICO NO PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DE INSTITUTOS FEDERAIS: UM ESTUDO DO DIÁLOGO ENTRE O PPI E O PDI

Marcos Luis Grams, Instituto Federal de Santa Catarina, <u>marcos.grams@ifsc.edu.br</u> Luciana Gelsleuchter Lohn, <u>lohn@ifsc.edu.br</u>

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação – IFs configuram-se em um modelo que autores como Pacheco (2011, p. 4) chamam de "inédito viável" o qual centra-se na verticalidade e na plurricularidade, obrigando-os a uma inserção específica nos ambientes regulatórios da educação. Assim, para além da oferta no nível superior, sua missão principal tem como escopo a atuação na etapa do Ensino Médio da Educação Básica, mais propriamente na modalidade de Educação Profissional, âmbito no qual estão obrigados a distintas normativas e diretrizes. Estas, no desenho herdado do nível superior e preconizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, em um contexto de autonomia pedagógica, devem encontrar-se contempladas e dar base à expressão clara das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, com a elaboração de um Projeto Pedagógico Institucional – PPI, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Tem-se, portanto, um quadro no qual a regulação da educação superior gera, nos IFs, um conjunto de especificidades que induzem o desenho pedagógico da oferta dos cursos de ensino médio, especialmente pela obrigatoriedade de elaboração do PDI e, nele, do PPI.

Por sua vez, em recente estudo de revisão bibliográfica, Grams, Quartieri e Schuck (2024), concordam com Passone e Almeida (2020), quando afirmam que a quase totalidade das investigações relativas aos IFs, tem como tema a atuação docente e a organização dos currículos no âmbito do Ensino Médio. Esquecem-se, portanto, da investigação relativa ao vínculo direto com o PPI e o PDI, os quais acabam assumindo o status de "documento de prateleira" (Dias, Sousa e Vieira, 2017, p. 343). São, portanto, pouco usados e pouco estudados, resultando no que Silva e Silva (2020) apontam como uma grande distância entre o que se anuncia e o que efetivamente se realiza no cotidiano institucional.

Verifica-se, em suma, um significativo vazio nos estudos que analisam as especificidades dos IFs quanto ao lugar destinado ao PPI no contexto do PDI, o que contrasta com a sua importância crescente no contexto da educação brasileira. Neste sentido, relata-se investigação com o objetivo de compreender o que é isso que se mostra quanto aos sentidos do diálogo que se estabelece, nos IFs, entre o PDI e o PPI. Ou, dito de outra forma, quanto ao lugar do campo pedagógico, no planejamento institucional.

Metodologicamente, parte-se de uma concepção fenomenológica, baseada na Análise Textual Discursiva – ATD (Moraes e Galiazzi, 2016), investigando-se uma amostra do tipo não probabilística por conveniência, composta por 27 IFs, sendo o primeiro em cada estado da federação, de acordo com a Portaria MEC nº. 378/2016. Destes, apenas três PDIs (IFRO, IFPB e IFPE) não se encontravam em vigência por ocasião da coleta de dados, realizada no primeiro semestre do ano de 2024.

Em uma análise exploratória compreensiva de inclinação gadameriana, os PDIs foram avaliados buscando compreender sua organização e evidenciar elementos capazes de caracterizar a forma de inserção do PPI. Ou, se olhado por outro ângulo, a forma pela qual o desenvolvimento institucional percebe o fazer pedagógico o qual, para além dos aspectos normativos e em se tratando de uma instituição de ensino, pressupõe-se estruturante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da reflexão que se estabeleceu no processo investigativo, resultam um conjunto de questões, capazes de contribuir para uma melhor compreensão do vínculo entre o PDI e o PPI nos IFs e que tomam como base os dados apresentados, de forma resumida, no Quadro 01.

Quadro 01 – Matriz de análise do PDI dos IFs analisados, na relação com o PPI.

IF	Nome	Menções ao PPI no	Menções ao PDI	Observações
		PDI	no PPI	
IFAC	PPI	3	2	
IFAL	PPPI	2	3	
IFAM	PPPI	0	0	
IFAP	PPI	0	2	
IFBA	PPI	1	2	PPI externo ao PDI
IFCE	PPPI	1	17	PPI externo ao PDI
IFB	PPI	0	0	
IFES	PPI	0	1	

IFG	PPPI	6	1	PPI externo ao PDI
IFMA	PPI	1	7	
IFMG	PPI	21	1	
IFMS	PPI	0	0	
IFMT	PPI	0	0	
IFPA	PPI	1	2	
IFPB	PPI	0	1	
IFPE	PPPI/PPI	0	0	
IFPI	PPI	0	0	
IFPR	PPI	0	0	
IFRJ	PPI	0	0	
IFRN	PPPI	0	0	
IFRO	PPPI	0	0	
IFRR	PPI	0	0	
IFRS	PPI	3	1	
IFC	PPPI/PPI	0	0	
IFS	PPPI/PPI	0	0	
IFSP	PPPI/PPI	0	6	
IFTO	PPI	0	1	

Fonte: Dos autores (2024).

A primeira questão diz respeito à separação de fato entre os documentos, conforme se especifica no Quadro 1, na coluna relativa às observações. Em três dos IFs analisados (IFBA, IFCE e IFG), os PPIs são apresentados no corpo do PDI, em um capítulo específico, com uma a três páginas de contextualização, mas o seu conteúdo está hospedado em ambiente externo, sendo acessível por meio de um endereço eletrônico ali informado. Ao se investigar a forma pela qual este grupo percebe o PPI, verifica-se um discurso de centralidade enquanto definidor do planejamento institucional. No entanto, ao se observar as unidades de sentido relacionadas ao diálogo entre os documentos, verifica-se que tanto o IFBA quanto o IFCE, em seu PDI, mencionam o PPI em apenas uma vez, além do capítulo específico para sua apresentação. Ou seja, para além do discurso institucional, o silenciamento que move o PDI em relação ao PPI, sugere uma distância significativa, aproximando-se de um dessaber e dificultando sobremodo a compreensão do lugar do PPI no PDI e, neste contexto, do planejamento institucional.

O silenciamento se apresenta, ainda, como definidor da segunda questão a ser destacada nesta reflexão. Neste sentido, verifica-se que em 18 dos 27 documentos, o PPI sequer é citado no PDI. Por sua vez, em 13 casos, o PPI tampouco cita o PDI, sugerindo uma significativa falta de diálogo entre os documentos estruturantes do fazer

institucional. Evidencia-se, na análise, a possibilidade de existência de uma teoria do planejamento em si, capaz de explicar este movimento, o que não se evidenciou nos PDIs analisados. Este caminho parece reforçar a constatação de Frigotto (2018), para quem as características ligadas à criação e expansão dos IFs resultaram em um absoluto empirismo por parte dos gestores, levando-os a "[...] uma realidade de ir aprendendo paulatinamente" (p. 137), de maneira que o PDI se apresente meramente descritivo e o PPI acabe por deslocar-se da centralidade quanto ao planejamento, para as questões relativas à objetivação da oferta.

Por fim, a terceira questão que se revela, diz respeito à palavra como identidade, ou, ao sentido político presente no projeto pedagógico. Do conjunto de IFs, em dez dos casos (IFAL, IFAM, IFCE, IFG, IFPE, IFRN, IFRO, IFC, IFS, IFSP), utilizou-se a nomenclatura Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI, de forma alternada a Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Neste sentido, a indagação que se apresenta é relativa ao caráter do documento, entre o político e o pedagógico. Ou seja, no âmbito do PDI em relação ao PPI, até que ponto a questão é meramente semântica ou avança ela no campo compreensivo?

Para autores como Saviani (2003) e Veiga (1995), há um consenso de que todo Projeto Pedagógico possui uma forte dimensão política, uma vez que ao explicitar a intencionalidade da ação pedagógica, também afirma um "[...] compromisso de formação do cidadão para um tipo de sociedade" (Veiga, 1995, p. 13). Este é, a rigor, o sentido que deu base ao clássico estudo proposto por Saviani (2003) no âmbito da relação entre Escola e Democracia e que é fundante da concepção Histórico-crítica. Nele, o autor situa, em onze teses, os efeitos da metáfora da "curvatura da vara" para demonstrar que política e educação são práticas distintas, mas inseparáveis e intrinsecamente relacionadas, enquanto mantém-se distintas como modalidade específica da prática social. Assim, há consenso de que todo movimento pedagógico é político, o que não se impõe no sentido inverso. O que permite que se equacione os sentidos da expressão utilizada quanto ao próprio alcance do lugar pedagógico no ambiente institucional.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Os IFs são relativamente recentes no contexto histórico da educação brasileira e, neste sentido, apresentam-se ainda em construção, especialmente quanto à sua inserção

no ordenamento normativo. Conclui-se que, neste contexto, o diálogo entre os PDIs e os PPIs apresenta, ainda, uma difusa conformação dos sentidos atribuídos, no contexto do planejamento institucional (PDI), ao planejamento pedagógico expresso no PPI.

REFERÊNCIAS

DIAS, Pedro H.R de C.; SOUSA, Janilton C.; VIEIRA, Cecilia C. F. Estratégia institucional: relação entre o PDI, PPI e planejamento estratégico no IFB. **RPGE** – **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n.2, mai./ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10069/6648. Acesso em: 19 mai. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2018.

GRAMS, Marcos L.; QUARTIERI, Marli. T.; SCHUCK, Rogério. J. O trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2024, Fortaleza. Anais [No prelo].

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

PACHECO, Eliezer. (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santilanna. São Paulo: Editora Moderna, 2011

PASSONE, Eric; ALMEIDA, Alexandre M. Produção científica sobre currículo e educação profissional. **Revista** @mbienteeducação. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 13, n. 2, mai./ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Evandro B.; SILVA, Adriano L. O PPI do IFSC. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, 2020. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8755. Acesso em: 23 out. 2024.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2003.